



CONGRESSO
NA MIRA

DESTAQUES DA SEMANA

INFORMATIVO 30

14 A 18 DE JULHO DE 2025



FENAJUD

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES DO JUDICIÁRIO NOS ESTADOS



61 3321 0242/5349



FENAJUD.ORG.BR

SCS, Qd. 01, Bc K, Ed Denasa, 9º andar, sala 903 - Brasília-DF



@fenajud



CONJUNTURA POLÍTICA

No **Executivo**, encerra-se nesta quarta-feira (16) o prazo para que o presidente Lula sancione o Projeto de Lei Complementar (PLP) 177/2023, que amplia de 513 para 531 o número de deputados federais a partir das eleições de 2026. A medida tem como objetivo adequar a representatividade dos estados com base em dados demográficos mais recentes.

No **Legislativo**, nesta última semana de atividades antes do recesso parlamentar, destaca-se que a Câmara dos Deputados havia agendado para esta semana esforço concentrado para votação de várias matérias em Plenário. Entretanto, nesta segunda-feira (14), a Secretaria Geral da Mesa (SGM) comunicou que todas as votações do Plenário deverão acontecer pelo Infoleg, o que **desobriga a presença física dos parlamentares** em Brasília. A medida pode esvaziar votações importantes que estavam marcadas para essa semana.

Ainda no Plenário, está em pauta o [PLP 143/2020](#), que trata do descongelamento do tempo de serviço durante a pandemia, mas ainda sem acordo firmado para votação da matéria.

No âmbito do **GT da Reforma Administrativa**, os trabalhos seguirão conforme o cronograma estabelecido. O coordenador, deputado Pedro Paulo (PSD/RJ), afirmou que a apresentação do relatório final poderá ocorrer entre hoje (14) e amanhã (15), mas ainda não há convocação formal do Colegiado.

Nas Comissões, a de Administração e Serviço Público (CASP) se reúne nesta terça-feira (15), às 14h, para deliberar sobre a pauta. Destaque para o [REQ 57/2025](#), que solicita a realização de um **ciclo de seis audiências públicas para discutir temas de interesse das carreiras e do serviço público**. Também está na pauta, o [REQ 59/2025](#), que solicita a inclusão de convidados na referida audiência, com destaque para a indicação de um **representante da Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário nos Estados (FENAJUD)**.

Também na terça-feira, está prevista a realização de sessão da **Comissão Especial sobre Limite de Precatórios e Débitos Previdenciários** ([PEC 66/2023](#)) para discussão e votação do parecer do relator, deputado Baleia Rossi (MDB/SP). Destaca-se que a proposta já consta na pauta deliberativa do Plenário. Além da apreciação do **acúmulo da Gratificação de**

Atividade de Segurança (GAS) para servidores do Poder Judiciário ([PL 2447/2022](#)) na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

Na quarta-feira (16), merece atenção a reunião da **Comissão Especial sobre a Alteração da Legislação do Imposto de Renda** ([PL 1087/2025](#)) agendada para quarta-feira (16), às 9h, quando poderá ser discutido e votado o parecer do relator, deputado Arthur Lira (PP-AL). E, por fim, a reunião deliberativa da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), que deve apreciar a admissibilidade e boa técnica legislativa da **PEC da Segurança Pública** ([PEC 18/2025](#)).

Já no **Judiciário**, destaca-se a audiência de conciliação marcada para terça-feira (15), no Supremo Tribunal Federal (STF), envolvendo representantes dos Poderes Executivo e Legislativo para discutir o impasse em torno do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). A reunião será realizada a portas fechadas, sob a condução do ministro Alexandre de Moraes, relator do caso, e decorre da suspensão determinada pelo próprio ministro em 4 de julho, com o objetivo de buscar entendimento institucional.



ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Plenário poderá deliberar urgência para projeto que propõe descongelamento do tempo de contribuição de serviço de todos os servidores públicos durante a pandemia: o Plenário da Câmara dos Deputados poderá deliberar o [REQ 3489/2024](#), que requer urgência na apreciação do [PLP 143/2020](#), que propõe alterações na Lei Complementar nº 173/2020 para revogar as restrições que impediram a contagem do tempo de serviço dos servidores públicos entre 27 de maio de 2020 e 31 de dezembro de 2021 para a concessão de benefícios como anuênios, triênios, quinquênios, licença-prêmio e similares. Com isso, o projeto restabelece a contagem desse período de forma retroativa para servidores da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, além de autorizar o pagamento dos valores correspondentes aos benefícios adquiridos nesse intervalo. Caso a urgência seja aprovada, o projeto estará apto para ser incluído na pauta do Plenário, para início da discussão e votação do mérito.

Limites de precatórios e débitos previdenciários: também consta na pauta do Plenário da Câmara dos Deputados, a [PEC 66/2023](#), que institui limite para o pagamento de precatórios pelos municípios, abre novo prazo de parcelamento especial de débitos dos municípios com seus regimes próprios de previdência social e com o Regime Geral de Previdência Social.

A matéria conta com [parecer](#) do deputado Baleia Rossi (MDB/SP), que ainda carece de aprovação na Comissão Especial sobre Limite Precatório e Débitos Previdenciários, agendada para esta terça-feira (15), às 10hs.

O Plenário da Câmara terá sessões a partir desta segunda-feira (14), às 18h.

CASP vota a realização de ciclo de audiências públicas com carreiras do serviço público para debater a Reforma Administrativa: a Comissão de Administração e Serviço Público (CASP) se reúne nesta terça-feira (15), às 14h, no anexo II, Plenário 08, para deliberar os itens da pauta, com destaque para o [REQ 57/2025](#), de autoria da deputada Erika Kokay (PT/DF), que requer a realização de um **ciclo de seis audiências públicas com foco em temas estruturantes e estratégicos para o aprimoramento do serviço público**, com participação de especialistas, gestores, entidades sindicais e representantes da sociedade civil organizada. Constan como convidados:

Gestão e Avaliação de Desempenho no Setor Público

- Renata Vilhena (República.ORG);
- Rudinei Marques (FONACATE e UNACON Sindical);
- Jessika Moreira (Movimento Pessoas à Frente);
- José Celso Cardoso Júnior (SGP/MGI);
- Elizabeth Sousa Cagliari Hernandez (ANESP).

Negociação Coletiva no Serviço Público

- BoB Machado (SINAIT);
- Dão Real dos Santos (SINDIFISCO Nacional);
- Jose Lopez Feijóo (SRT/MGI);
- Alfredo Nascimento (AACE);
- Alessandra Barros (INTELIS).

Regulamentação do Teletrabalho no Serviço Público

- Fabio Faiad Bottini (SINAL);
- Janus Pablo Fonseca de Macedo (ANFFA Sindical);
- Rodrigo Keidel Spada (FEBRAFITE e AFRESP);
- Julienne Guerra (Sindsusep);
- Regina Coelho (SGP/MGI).

Contribuição dos Inativos (PEC 6/2024 e PEC 555/2006)

- Maria Santíssima Marques (ANPPREV);
- Miguel Arcanjo Simas Nôvo (ANFIP);
- Mauro José Silva (UNAFISCO);
- Tânia Prado (FENADEPOL);
- Enoque Venancio de Freitas (SINPOL-DF);

- Representante do Sindilegis.

Governo Digital e I.A.

- Representante do SINSSP;
- Thaisse Craveiro (ANTC);
- Ana Caroline Ribeiro Tupinambá (ASBRAPP);
- Oswaldo Molarino (SINDCVM);
- Representante da Secretaria de Governo Digital (SGD) do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

Regulamentação dos Supersalários

- Ana Paula Moreira (AFIPEA Sindical);
- Representante do FONACATE;
- Thaisse Craveiro (ANTC);
- Francelino Valença (FENAFISCO);
- Representante da República.ORG.

Nesta mesma temática, o deputado Icaro de Valmir (PL/SE) apresentou o [REQ 59/2025](#), solicitando a inclusão dos seguintes convidados ao ciclo de seis audiências públicas.

Gestão e Avaliação de Desempenho no Setor Público

- Representante da Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União (FENAJUFE)
- **Representante da Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário nos Estados (FENAJUD)**
- Representante da Federação Nacional dos Servidores dos Ministérios Públicos Estaduais (FENAMP)

Negociação Coletiva no Serviço Público

- Norma Lúcia, Presidente do Sindicato dos Especialistas de Educação do Magistério Municipal de São Paulo (SINESP);
- Jean Ruzzarin, especialista em liberdade sindical para servidores públicos;
- Representante do Sindicato Nacional dos Analistas Tributários da Receita Federal do Brasil (SINDIRECEITA).

Contribuição dos INATIVOS (PEC 6/2024 e PEC 555/2006)

- Representante da Associação Nacional de Magistrados Aposentados do Poder Judiciário da União e Membros Aposentados do Ministério Público da União e seus pensionistas (ANAMPA)
- Representante do Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário Federal no Estado de Minas Gerais (SITRAEMG)

Regulamentação dos Supersalários

- Representante da Associação Nacional de Magistrados Aposentados do Poder Judiciário da União e Membros Aposentados do Ministério Público da União e seus pensionistas (ANAMPA)

O Papel da Regulação

- Fábio Rosa, Presidente do Sindicato Nacional dos Servidores das Agências Nacionais de Regulação (SINAGÊNCIAS);
- Epitácio Ribeiro, Presidente do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (SINAL);

Segurança Jurídica e Defesa das Políticas Públicas

- Representante da Associação Nacional dos Membros das Carreiras da Advocacia-Geral da União (ANAJUR)
- Representante da Associação Nacional dos Procuradores e Advogados Públicos Federais (ANPPREV)
- Valéria Ferreira, Presidente do Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional (SINPROFAZ)
- Vicente Braga, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores dos Estados e do DF (ANAPE)

Efetividade da Prestação Jurisdicional do Estado

- Fernanda Fernandes, Presidente da Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (ANADEP)
- João Batista, Presidente da Federação das Entidades Sindicais de Oficiais de Justiça do Brasil (FESOUJUS)
- Mariana Liria, Presidente da Associação Nacional dos Oficiais de Justiça Avaliadores Federais (FENASSOJAF)
- Mário Neto, Presidente da Associação Federal dos Oficiais de Justiça do Brasil (AFOJEBRA)

CASP vota impedimento de posse em cargo público para condenados por violência doméstica: a Comissão de Administração e Serviço Público (CASP) se reúne nesta terça-feira (15), às 14h, no anexo II, Plenário 08, para deliberar sobre os itens da pauta. Entre eles, destaca-se o [substitutivo](#) da deputada Delegada Ione (AVANTE/MG) favorável ao [PL 7614/2014](#), que veda o acesso ao serviço público, bem como prestar serviços ou participar de licitações, à pessoa que tenha praticado crime nos termos da Lei Maria da Penha.

No mesmo sentido, também será apreciado [substitutivo](#) da parlamentar ao [PL 2556/2021](#), que cria mecanismos para impedir que pessoas que estejam sob medidas cautelares ou condenadas por crimes de violência doméstica, contra crianças e adolescentes e contra idosos não possam tomar posse

em cargos públicos, nem contratar com a Administração Pública Direta e Indireta.

CCJC poderá votar projeto que determina a perda de cargo público para condenados por estupro de vulnerável: a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), se reúne na terça-feira (15), às 14h30, no anexo II, Plenário 01, e poderá votar o [PL 4754/2024](#) que altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para prever a perda automática de cargo, função pública ou mandato eletivo em caso de condenação por estupro de vulnerável. O [parecer](#) do relator, deputado Carlos Jordy (PL/RJ), pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação.

CMULHER poderá votar o recolhimento imediato de armas de fogo de agente públicos envolvidos em casos de violência contra a mulher: a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (CMULHER) se reúne nesta terça-feira (17), às 11h, no Anexo II, Plenário 14, e poderá votar o [PL 3760/2024](#) para determinar o recolhimento obrigatório e imediato de armas de fogo de agentes públicos, como medida protetiva de urgência, por prática de violência doméstica e familiar contra a mulher. O [relatório](#) da deputada Adriana Accorsi (PT/GO) é pela aprovação com Substitutivo.

GTREFADM apresenta anteprojeto da Reforma Administrativa: está prevista para esta segunda-feira (14) a apresentação do relatório final do Grupo de Trabalho da Reforma Administrativa (GTREFADM). Segundo o coordenador do colegiado, deputado Pedro Paulo (PSD/RJ), o primeiro esboço do anteprojeto será oficialmente entregue ao presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos/PB), na terça-feira (15). Segundo o deputado, a proposta busca consolidar as sugestões debatidas ao longo dos últimos meses e servirá como base para a futura tramitação legislativa. Poderá ser apresentado uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC), um Projeto de Lei Complementar (PLP) e um Projeto de Lei Ordinária (PL).

CMULHER poderá realizar audiência para discutir o combate ao assédio sexual e moral no serviço público : a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (CMULHER) se reúne nesta terça-feira (17), às 11h, no Anexo II, Plenário 14, para deliberar itens na pauta, entre os quais [REQ 50/2025 CMULHER](#) que solicita realização de Audiência Pública para discutir o tema Combate ao assédio sexual e moral no serviço público e ambientes corporativos. Os convidados são todos da OAB.



TRIBUTAÇÃO



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão Especial do PL 1087/25 poderá discutir parecer: a Comissão Especial sobre a Alteração da Legislação do Imposto de Renda (PL 1087/25) se reúne nesta quarta-feira (16), às 09h, no Anexo II, Plenário 02, para **discutir e votar o parecer do relator Arthur Lira (PP/AL) ao PL 1087/2025**, que altera a legislação do imposto sobre a renda para instituir a redução do imposto devido nas bases de cálculo mensal e anual e a tributação mínima para as pessoas físicas que auferem altas rendas, e dá outras providências. O substitutivo do relator prevê a redução do imposto de renda devido para contribuintes com rendimentos mensais de até R\$ 7.350,00. Para aqueles que recebem até R\$ 5 mil por mês, o imposto será zerado; acima disso, até R\$ 7.350,00, haverá uma redução progressiva proporcional. Lucros e dividendos pagos por pessoa jurídica a pessoa física, quando superiores a R\$ 1.200.000,00, terão incidência de 10% de IR na fonte.



PODER JUDICIÁRIO



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Plenário poderá deliberar criação de 330 funções comissionadas no STJ: consta da pauta do Plenário da Câmara dos Deputados o [PL 3181/2025](#), que cria 330 cargos funções comissionadas de nível FC-6 no quadro de pessoal do Superior Tribunal de Justiça. Pelo texto, as despesas serão correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas ao STJ no Orçamento da União, implementadas no exercício financeiro de 2025 e nos anos seguintes, em conformidade no anexo da LOA e condicionada à sua expressa autorização, conforme preconiza a LDO. **O Plenário da Câmara terá sessões a partir desta segunda-feira (14), às 18h.**

Acúmulo da Gratificação de Atividade de Segurança (GAS) para servidores do Poder Judiciário está na pauta da CCJC: a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), se reúne na terça-feira (15), às 14h30, no anexo II, Plenário 01, e poderá votar o [PL 2447/2022](#) que altera a Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2016, que dispõe sobre as Carreiras dos Servidores do Poder judiciário da União e dá outras providências. O projeto é relatado pelo Deputado Lafayette de Andrada (REPUBLICANOS/MG), que apresentou [parecer](#) pela a constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa à matéria e pela inconstitucionalidade das emendas apresentadas na Comissão de Administração e Serviço Público (CASP).



DIREITOS HUMANOS E SOCIAIS



CÂMARA DOS DEPUTADOS

CIDOSO debate a transição demográfica e envelhecimento populacional:

a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa (CIDOSO) realizará uma audiência pública nesta terça-feira (15), às 16h, em local a definir, para discutir a transição demográfica e envelhecimento populacional. Acompanhe a reunião [aqui](#).

CE vota garantia de tempo extra para pessoa com autismo em provas de concurso:

a Comissão de Educação (CE) se reúne nesta quarta-feira (16), às 10h, no anexo II, Plenário 10, para deliberar os itens da pauta, com destaque para o [parecer](#) da deputada Soraya Santos (PL/RJ) pela aprovação do [PL 4848/2023](#) na forma do Substitutivo da Comissão de Administração e Serviço Público, com subemenda substitutiva. A proposta altera a Lei nº 12.764/12, para conceder tempo adicional para a realização de provas em concursos, exames ou processos seletivos, a pessoa com Transtorno do Espectro Autista, na forma que especifica.

CIDOSO debate o superendividamento da população idosa:

a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa (CIDOSO) realizará uma audiência pública nesta quarta-feira (16), às 15h, no anexo II, Plenário 12, para debater o superendividamento da população idosa. Acompanhe a reunião [aqui](#).



PREVIDÊNCIA



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão especial sobre a PEC 66/2023 debate relatório:

a Comissão Especial sobre Limite Precatório e Débitos Previdenciários (PEC 66/23) se reúne nesta terça-feira (15), às 10h, no Anexo II, Plenário 03, para discussão e votação do [substitutivo](#) do relator deputado Baleia Rossi (MDB/SP) à [PEC 66/2023](#), que institui limite para o pagamento de precatórios pelos Municípios, abre novo prazo de parcelamento especial de débitos dos Municípios com seus regimes próprios de previdência social e com o Regime Geral de Previdência Social e dá outras providências.

CCJC poderá votar projeto que torna impenhorável os vencimentos e diversos outras pecúnias:

a Comissão de Constituição e Justiça e de

Cidadania (CCJC), se reúne na terça-feira (15), às 14h30, no anexo II, Plenário 01, e poderá votar o [PL 5320/2019](#) que institui o Código de Processo Civil, para tornar absolutamente impenhoráveis os vencimentos, os subsídios, os soldos, os salários, as remunerações, os proventos de aposentadoria, as pensões, os pecúlios e os montepios, o seguro de vida, a pequena propriedade rural e outros. O [parecer](#) do deputado Helder Salomão (PT/ES) é pela aprovação com substitutivo.

CPASF recebe Ministra Macaé Evaristo para apresentação dos planos e agenda estratégica da pasta: a Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial; Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família (CPASF) realizará audiência pública nesta quarta-feira (16), às 14h, para receber a ministra dos Direitos Humanos e da Cidadania, Sra. Macaé Evaristo, que apresentará os planos e a agenda estratégica da Pasta para os próximos anos. Acompanhe a reunião [aqui](#).



SISTEMA FINANCEIRO



CÂMARA DOS DEPUTADOS

CASP vota regras para proteção de aposentado no crédito consignado: a Comissão de Administração e Serviço Público (CASP) se reúne nesta terça-feira (15), às 14h, no anexo II, Plenário 08, para deliberar sobre os itens da pauta, com destaque para o [substitutivo](#) do deputado Reimont (PT/RJ) favorável ao [PL 5806/2023](#), que dispõe sobre medidas de proteção e prevenção contra fraudes em operações de crédito consignado envolvendo aposentados e pensionistas e dá outras providências.



SEGURANÇA



CÂMARA DOS DEPUTADOS

CCJC poderá deliberar PEC da Segurança Pública: a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) se reúne nesta quarta-feira (16), às 10h, no Anexo II, Plenário 01, e poderá votar a [PEC 18/2025](#), que altera os art. 21, art. 22, art. 23, art. 24 e art. 144 da Constituição, para dispor sobre competências da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios relativas à segurança pública. O [parecer](#) do relator, deputado Mendonça Filho (UNIÃO/PE), é pela admissibilidade, com emendas supressivas.

Fonte: Assessoria Parlamentar da Fenajud - Consillium.